

# A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2

---

**Maria Izabel Machado  
(Organizadora)**

---



# A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2

---

**Maria Izabel Machado  
(Organizadora)**

---



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S678	<p>A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-863-2 DOI 10.22533/at.ed.632192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Comportamento humano. 3. Desenvolvimento humano. 4 Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra *A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 2* nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

O primeiro eixo nos permite compreender as questões acerca do desenvolvimento humano desde a perspectiva da infância. Seja em espaços urbanos ou rurais, no campo ou na cidade, as crianças ganham centralidade nas análises desde seus saberes, redes, brincadeiras e subversões.

Das fricções entre o urbano e o rural que também colocam em tensão saberes técnicos e locais somos convidados a pensar abordagens sociológicas para os desastres ambientais que deem conta da complexidade em que se imbricam interesses econômicos, defesa do meio ambiente e a vida das populações atingidas pelos desastres.

O terceiro e último bloco de capítulos oportuniza tanto o acesso a temas atuais da sociologia como as migrações e os choques culturais decorrentes desses processos, quanto um apanhado metodológico que envolve diversos caminhos e técnicas de pesquisa, sejam elas centradas nos sujeitos ou nas estruturas e processos sociais de acumulação de poder e capital.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO URBANO E DO RURAL	
Gerson Luiz Buczenko	
Maria Arlete Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
TRANSPORTE ESCOLAR E INFÂNCIA DO CAMPO: AS VIVÊNCIAS DAS CRIANÇAS RIBEIRINHAS DE UMA ESCOLA NO RIO UAICURAPÁ/ PARINTINS - AMAZONAS	
Kilsimara Nascimento Ribeiro	
Gyane Karol Santana Leal	
Rosaria Jordão Dutra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
SUBVERSÕES DO BRINCAR: DISPOSITIVOS NA INFÂNCIA FRENTE AS NORMATIZAÇÕES INSTITUCIONAIS	
Giovana Glaucia Fernandes	
Natasha Carolina da Costa Carreño Baeta	
Rafael Delaguardia Felix	
Ricardo Lopes Correia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
EPISTEMOLOGIAS DO SUL: INFÂNCIAS E CANDOMBLÉ NA CIDADE DE SÃO PAULO EM BUSCA DE UMA PEDAGOGIA ARTEIRA	
Ellen Gonzaga Lima Souza	
Gabriela Tebet	
Antônio Paulino de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>43</b>
O BAIRRO A PARTIR DE UM PASSEIO DE ÔNIBUS: EXPERIÊNCIAS DE CRIANÇAS E SOBRE A INFÂNCIA NO ESPAÇO URBANO	
Zuleica Pretto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
O LUGAR SOCIAL DA CRIANÇA RIBEIRINHA DA AMAZÔNIA MARAJOARA	
Simei Santos Andrade	
Magali dos Reis	
Laura Maria Silva Araújo Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923126</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E SABER LOCAL NA GESTÃO DO DESASTRE DA REGIÃO SERRANA (RJ): UM ESTUDO DE CASO	
Maria Suellen Timoteo Correa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923127</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>79</b>
REPARAÇÃO DE DANOS NO DESASTRE DO RIO DOCE, PARTICIPAÇÃO E ATORES SOCIAIS	
Aloisio Ruscheinsky Manoella Treis	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
A CENTRALIDADE DAS RELAÇÕES NO COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	
Alessa Cristina Pereira de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6321923129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>105</b>
MIGRAÇÕES INTERNAS E A EMERGÊNCIA DE DISPUTAS SIMBÓLICAS NO RIO GRANDE DO SUL	
Pedro Francisco Marchioro Talita Cristine Rugeri Lorena del Pilar Pereda Cordova	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>118</b>
ANÁLISE DE QUESTÕES DE SOCIOLOGIA DO ENEM (2015): REFLEXÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS	
Ozaias Antônio Batista Maria Genilda Marques Cardoso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>134</b>
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES): PROSOPOGRAFIA E CONEXÕES POLÍTICO-FAMILIARES	
Mônica Helena Harrich Silva Goulart Ricardo Costa de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>152</b>
PALMYRA WANDERLEY NA REVISTA VIA-LÁCTEA DE 1914-1915: ESCRITA E POESIA NA EDUCAÇÃO DA MULHER POTIGUAR	
Maria Joseane Chaves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>164</b>
A CULTURA CONSERVADORA DE GUARAPUAVA, FRENTE AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E TECNOLÓGICO	
Marco Aurélio Silva Antonio Costa Gomes Filho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>175</b>
A SOCIEDADE DE MERCADO NO SÉCULO XXI E SEUS DESAFIOS: TRABALHO, PRODUTIVIDADE E DESEMPREGO	
Nelton Moreira Souza	
Eliete Barbosa de Brito Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>189</b>
AS MULHERES NAS PRISÕES BRASILEIRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
Ivaneide Nunes Paulino Grizente	
Regina Maria Macedo Costa Dantas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>196</b>
AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISES DO CAMPO CIENTÍFICO E O ESTUDO DO CAMPO DA COMUNICAÇÃO	
Renato Ribeiro Daltro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>201</b>
PRÁTICAS SOCIOINFORMACIONAIS EM AMBIENTES DIGITAIS E A CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS CRÍTICAS EM INFORMAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Daniella Alves de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63219231218</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>218</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>219</b>



## A CENTRALIDADE DAS RELAÇÕES NO COTIDIANO DE UMA INSTITUIÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Data de aceite: 22/11/2019

### Alessa Cristina Pereira de Souza

Professora Adjunta vinculada ao Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba  
Rio Tinto - Paraíba

**RESUMO:** Este trabalho objetiva compreender os processos de construção de vínculos sociais a partir das respostas e das estratégias de vivência e sobrevivência que permeiam as sociabilidades dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA – Centro Educacional do Adolescente, localizado na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Durante a pesquisa foram realizadas observações participativas e entrevistas, além da análise de dados documentais. Buscou-se assimilar os aspectos objetivos e subjetivos que circundam as formas de sociabilidade dos adolescentes internos. Para entender a ‘dimensão estrutural’ sob a qual essas sociabilidades são delineadas o CEA foi analisado como um *campo*, no interior do qual os indivíduos estão situados em posições desiguais e participam de relações de poder específicas, através de vários marcadores. Assim, a internação dos adolescentes, nesta instituição, caracteriza-se como uma fase

onde se tecem estratégias de (sobre)vivência, a partir de tramas e dinâmicas relacionais que perpassam o tempo e o espaço da internação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Adolescentes; Institucionalização; Tramas relacionais.

### THE CENTRALITY OF THE DAILY RELATIONS OF AN INSTITUTION OF DEPRIVATION OF FREEDOM

**ABSTRACT:** This paper aims to understand the processes of construction of social bonds based on the responses and strategies of living and survival that permeate the sociability of adolescents who comply with the socio-educational measure of deprivation of freedom at AEC - Adolescent Educational Centre, located in the city of João Pessoa, capital of the state of Paraíba. Participatory observations and interviews were conducted during the research, as well as documentary data analysis. We sought to assimilate the objective and subjective aspects that surround the forms of sociability of the adolescents in the programme. To understand the 'structural dimension' under which these kinds of sociability are delineated, the AEC was analysed as a field within which individuals are situated in uneven positions and participate in specific power relations through various markers. Thus, the legal internment of adolescents in this institution is characterized

as a phase where strategies of living and surviving are weaved, based on plots and relational dynamics that transcend the time and space of the experience of internment.

**KEYWORDS:** Adolescents; Institutionalization; Relational plots.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender os processos de construção de vínculos sociais a partir das respostas adaptativas e das estratégias de vivência, convivência e sobrevivência que permeiam as sociabilidades dos adolescentes internos no CEA – Centro Educacional do Adolescente, localizado na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba.

Considerando que a partir dos usos que os indivíduos fazem dos espaços, estes assumem características e significados distintos, o internato é percebido como palco de desigualdades, encontros e classificações, a partir das tramas relacionais existentes entre os atores que o compõem, estando sempre sujeito a (re)negociações.

O CEA atende adolescentes entre 13 e 17 anos, do sexo masculino, que estão cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade. A quantidade de internos nesta instituição varia a cada semana, mas esse número gira em torno de 150 adolescentes, embora a instituição seja projetada para alocar apenas 62.

Os adolescentes que se encontram no CEA estão privados de liberdade, e isto é o mesmo que dizer que eles estão presos, porque no Brasil não existem diferenças significativas entre os espaços institucionais destinados a manter em regime fechado pessoas em idade adulta, “privadas de liberdade”, daquelas que estão em idade de formação – adolescentes - e que se encontram nos centros educacionais.

Metodologicamente, adotei uma perspectiva “*de perto e de dentro*” (MAGNANI, 2002), que busca compreender o CEA como um *campo* (BOURDIEU, 1983, 1992, 2007), um espaço relacional mediado por poderes, hierarquias e distinções. Para uma apreensão das relações estabelecidas no cotidiano do CEA, a partir das quais a própria instituição se constrói, foi realizado um trabalho etnográfico. Dentre as técnicas de pesquisa, foram realizadas observações participativas e entrevistas semiestruturadas com adolescentes internos e funcionários da instituição.

## 2 | VIDAS CONTROLADAS?

Segundo Foucault (1996), a prisão surge nos séculos XVIII e XIX, tendo como princípio a transformação ou produção do indivíduo através da prática da disciplina e do controle.

Goffman compreende a prisão como uma instituição total, “um local de residência

e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1999, p.11).

Esses autores centram as suas análises naquilo que as instituições de privação de liberdade retiram dos indivíduos. Porém, no CEA, observei que há um ajustamento da experiência relacional que se estabelece entre a instituição e os adolescentes, cotidianamente.

Partindo dessas perspectivas, neste trabalho, em determinados momentos, o CEA será analisado como uma instituição total - fechada e separada da sociedade; em outros, como uma instituição austera e disciplinar, onde se busca um constante adestramento dos corpos e das mentes dos adolescentes com o intuito de interromper as suas carreiras criminosas e transformar as suas identidades. Mas, na maior parte do tempo o CEA será analisado como um lugar onde se tecem teias relacionais específicas entre os atores que o conformam.

Para apreender a trajetória dos adolescentes internos nesta instituição, desde o momento em que eles são acolhidos no setor da Provisória, até o momento da sentença, que prevê o cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade, a transferência para uma das alas de internação e as negociações adaptativas à rotina diária, parto da observação das experiências desses sujeitos à luz das ideias propostas por Goffman (1999) e Foucault (1996) em diálogo com as ideias de Bourdieu.

Para Bourdieu são as relações estabelecidas entre os agentes e as estruturas sociais que constroem a realidade. Deste modo, o autor defende que as estruturas sociais são, ao mesmo tempo, condicionadas e condicionantes das ações; enquanto os indivíduos se apresentam como agentes estruturados e estruturantes da sociedade (BOURDIEU, 1996).

Bourdieu (1992) afirma também que o indivíduo é um ator simbólico e só adquire sentido dentro de um sistema de valores, símbolos e estruturas. Nesse sentido, o autor coloca que o indivíduo interioriza valores presentes na cultura e exterioriza esses valores na ação. Esse processo leva à construção de rotinas, através da repetição de práticas sociais, constituindo o que Bourdieu chamou de *habitus*.

O *habitus*, inerente à compreensão do mundo social pelo indivíduo, é condicionado pelas possibilidades oferecidas pela estrutura, tendo em vista as posições diferenciadas que o mesmo pode vir a ocupar em um interior específico. Nesse sentido, o social possibilitaria uma gama de ações previsíveis acerca dos comportamentos individuais instituídos socialmente, onde as normas sociais presentes conformariam a ação dos indivíduos que nele estão inseridos.

Bourdieu, no entanto, não retira da ação a possibilidade criativa e inventiva dos indivíduos. Na medida em que a realidade social não é apenas estruturante, mas

é também estruturada, o indivíduo possui livre arbítrio, atuando na conformação da estrutura social. Assim, ao mesmo tempo em que ocorre uma interiorização de elementos objetivos, ocorre também uma exteriorização dos elementos subjetivos, nas ações dos indivíduos, através da adaptação de situações (BOURDIEU, 1997).

É natural que os indivíduos sigam as práticas já instituídas, repetindo-as, legitimando o *habitus* vigente. Mas, segundo Bourdieu, não se pode desconsiderar que, de acordo com os seus interesses, os indivíduos podem traçar novas ações, desde que a estrutura na qual se inserem e a posição que eles ocupem possibilite a sua execução. Nesse contexto, o *habitus* se submete aos interesses individuais dos seus atores, mas assegura que as práticas individuais se mantenham dentro das regras inerentes à estrutura na qual elas estão inseridas (BOURDIEU, 1983).

O campo, nesta perspectiva, faz parte de uma configuração “dinâmica”, proporcional ao movimento das ações instituídas em seu interior, de acordo com as possibilidades abertas por elas e pela posição ocupada pelos agentes que o conformam.

Para Bourdieu (1992), campo é um espaço estruturado, onde os indivíduos ocupam posições específicas e, a partir destas, constroem suas relações sociais. Segundo o autor, as ações dos indivíduos são limitadas às possibilidades que lhes são dadas, de acordo com as posições ocupadas por eles nos campos dos quais participam. O campo representa as várias possibilidades de ações dos indivíduos, dentro dos limites que ele comporta, ou seja, é o espaço no qual as posições dos agentes encontram-se fixadas.

No entanto, os indivíduos participam de vários campos, ocupando posições diferenciadas no interior de cada um deles. Assim, é a partir dos campos dos quais o indivíduo participa e da sua posição nesses campos, que certas práticas são naturalizadas em seu cotidiano, instituindo *habitus* diferentes. Pode-se dizer então, que o *habitus* legitima as ações dos indivíduos dentro do campo, e o campo realiza a interação entre os indivíduos.

Bourdieu acrescenta que a partir das distinções existentes entre os indivíduos, devido às posições diferenciadas que estes ocupam no interior dos campos, são estabelecidos os status e os dispositivos relacionais. Ou seja, para Bourdieu, participar de um espaço de interação não significa ser dominado ou dominante, mas estar situado em uma relação de dominação em função da hierarquia de valores que constitui determinado campo social.

Bourdieu (1992, 2001 e 2007) chama esses valores e elementos simbólicos, que estabelecem as hierarquias das práticas inerentes aos *habitus* no interior dos campos, de capital. Para este autor, o que define a posição dos indivíduos, nos campos sociais, é a sua maior ou menor posse de capital. Por sua vez, esse capital pode ter base econômica - pautado na riqueza material dos indivíduos; social -

pautado nas redes relacionais estabelecidos pelos indivíduos; cultural - pautado nas qualificações, conhecimentos e habilidades expressos a partir de titulações e certificações; ou simbólica - pautado em um conjunto de elementos que distinguem o reconhecimento social dos indivíduos.

O capital situa-se como um instrumento de dominação simbólica dos indivíduos no campo. Nesse sentido, o campo apresenta-se como um espaço onde ocorre a luta por poder simbólico, a partir do capital que determina posições sociais específicas.

Seguindo as ideias de Bourdieu, serão discutidas, nas linhas seguintes, as relações sociais construídas no CEA, analisando essa instituição como um “campo” que possui uma lógica organizacional específica, que deve ser apreendida pelos indivíduos a partir das posições que estes ocupam, considerando que o capital social é aquele que assume maior importância para o estabelecimento das hierarquias internas.

### 3 | O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO NO CEA

Os adolescentes que chegam ao CEA, de modo geral, ainda não foram sentenciados. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, eles podem permanecer internos provisoriamente por até 45 dias. Na prática, esse prazo é cumprido na íntegra, quando não é ultrapassado. Durante o período em que os adolescentes esperam a definição do juiz sobre as suas sentenças, eles ficam em um setor denominado Provisória.

Existem mecanismos de acolhimento específicos para receber os adolescentes que chegam à instituição, tanto por parte dos funcionários como pelos adolescentes internos.

O funcionário que recebe o adolescente, no Setor da Provisória, procura se informar sobre as amizades e inimizades que este tem na rua; se ele pertence a alguma facção criminosa e se tem algum amigo ou inimigo na instituição. A partir dessas informações, o adolescente é direcionado para um dos oito quartos existentes neste setor.

Segundo a instituição, essa contextualização do adolescente é necessária para que eles possa ser alocado com segurança; porém, essa estratégia institucional parece se constituir como uma forma de controle exercido a partir da construção de uma tensão disfarçada de “harmonia”, além de descumprir o que orienta ECA em seu artigo 123 "A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração".

Durante os 45 dias, ou mais, que os adolescentes ficam na Provisória, eles

passam a maior parte do tempo presos em seus quartos, saindo apenas para tomar banho - uma vez por dia - e para tomar banho de sol - uma ou duas vezes por semana. Eles não frequentam nenhuma atividade oferecida pelo CEA - como escola e/ou oficina – e suas refeições também não são realizadas no refeitório, são servidas pelos agentes dentro dos quartos.

Esse período de internação se assemelha ao que Goffman (1999) caracteriza como “período de teste para compor a farsa da instituição”, pois se constitui a partir de mecanismos que servem para introjetar nos adolescentes o modo de vida institucionalizado. Durante esse período, os adolescentes ficam enclausurados, vivenciando uma ociosidade organizada pela instituição, passando o tempo em conversas com os colegas e com a produção de peças artesanais dentro dos quartos - com material trazido pelos familiares e técnicas aprendidas uns com os outros.

Nesse primeiro momento da internação os adolescentes passam mais por um processo de “mortificação” do eu (GOFFMAN, 1999) que de adestramento e “docilização” dos corpos (FOUCAULT, 1996). Isto porque a instituição diz não dispor de recursos financeiros e humanos para despender com todos os adolescentes que ali chegam. Assim, enquanto não sabe se o adolescente será ou não sentenciado, a instituição lança mão de uma política de encarceramento, buscando garantir a segurança dos adolescentes e a aparente harmonia da instituição, ao mesmo tempo em que já prepara o adolescente para a tensão que é viver em uma instituição de privação de liberdade marcada pela disputa entre facções criminosas rivais.

No CEA existem adolescentes que pertencem a duas facções criminosas rivais do Estado da Paraíba: os *Estados Unidos (EUA)* e a *Okaida (OKD)*; há indícios de que elas estejam atreladas as duas facções criminosas mais conhecidas no Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

Como mencionado, uma das primeiras perguntas realizadas aos adolescentes que chegam ao CEA é a que facção criminosa eles pertencem. Em seguida, procura-se saber se ele é conhecido, amigo, parceiro, parente ou inimigo de algum adolescente que já se encontra na instituição, para alocá-lo de acordo com as suas amizades/inimizades. Sabendo que esse é o critério utilizado pela instituição para divisão dos adolescentes nos quartos, os adolescentes internos, assim que chega um novo adolescente, procuram mover as suas redes relacionais de aproximação ou distanciamento.

Assim, ao mesmo tempo em que o CEA procura obter informações sobre a carreira criminosa do adolescente recém-chegado, para alojá-los de forma a manter o controle institucional, os adolescentes também se interessam por tais informações, para construir ou fortalecer as suas redes na instituição.

Para ser aceito em um quarto, pelos demais adolescentes, é preciso cumprir alguns requisitos básicos, tais como: fazer parte da facção dos demais adolescentes

que estão no quarto; ser conhecido, parente, amigo ou parceiro de algum adolescente que já esteja no quarto; morar em um bairro dominado pela facção criminosa dos demais adolescentes do quarto, mesmo que não participe dela; ou não fazer parte de nenhuma facção e não ter nenhuma relação preestabelecida com nenhum dos adolescentes internos no CEA. Neste caso, os adolescentes são aceitos com o objetivo de recrutamento - "roborização" - para servir como "laranja" para os demais adolescentes do quarto e/ou da ala em troca de certo acolhimento e proteção.

O robô é aquele que se apresenta como culpado quando acontece algo de errado na ala, ou quando se encontra algum objeto que lá não deveria estar, como espeto, faca, celular, etc., aproxima-se do que Varella (1999, p.148) descreve como laranja no sistema carcerário brasileiro "o personagem patético que segura bronca alheia, pois a lei diz que as vezes é melhor pagar por crime alheio do que delatar o companheiro. Ao acusado é permitido protestar inocência, dar o nome do responsável jamais". Os robôs são recrutados principalmente se estiverem entrando no CEA pela primeira vez, não fizerem parte de nenhuma facção criminosa e não tiverem nenhum parente e/ou amigo na instituição.

Quando os adolescentes passam da ala provisória para a ala de internação, a instituição já os conhece, e eles também já conhecem a instituição, o que segundo Goffman (1999) facilita o controle.

Na conversa "séria" que se tem com o adolescente, quando ele é transferido para a ala de internação, a instituição insiste para que ele fale sobre a sua carreira no mundo do crime, enfatizando os lugares onde viveu e conviveu, bem como a sua teia relacional com as facções criminosas do Estado da Paraíba e/ou com alguns adolescentes que também se encontram no CEA.

Esse mapeamento sobre a vida do adolescente permite que a instituição exerça certo controle, além de dar segurança para alojá-lo a partir de suas afinidades e garantir a sua integridade física, bem como a harmonia e o bom funcionamento da "casa". Porém, a escolha da ala e do quarto, normalmente, é feita pelo próprio adolescente, a partir das teias relacionais já estabelecidas.

No setor de internação do CEA existem três alas: a ala A ou Paz - destinada aos adolescentes que afirmam não participar de nenhuma facção criminosa, sendo chamados de "neutros"; a ala B ou Luz - destinada ou dominada pelos adolescentes da facção criminosa Okaida; a ala C ou Felicidade - destinada ou dominada pelos adolescentes que fazem parte ou simpatizam com a facção denominada de Estados Unidos.

A partir dos critérios utilizados para a divisão dos adolescentes, nas alas e nos quartos, percebe-se que o projeto pedagógico, (re)educativo ou interacional estabelecido no CEA tem como finalidade última o controle. O mais importante para o Estado é manter esses adolescentes, tidos como criminosos e perigosos, isolados

e invisibilizados socialmente, mesmo que para isso seja preciso permitir que eles reforcem as suas teias relacionais - do mundo do crime - dentro da instituição.

#### 4 | DA CENTRALIDADE DAS RELAÇÕES

Para os adolescentes internos no CEA, as relações estabelecidas com os demais internos e com os funcionários, sejam de aproximação ou distanciamento, são fundamentais para o estabelecimento de suas rotinas. Porém, é importante ressaltar que essas relações são circunstanciais, podendo ser reformatadas a qualquer momento, a partir da dinâmica do campo.

De modo geral, as relações dos adolescentes se dão a partir das redes das quais eles participavam fora da instituição. Assim, o lugar de moradia, a participação em alguma facção criminosa, as amizades, inimizades e as relações de parentesco são informações importantes para o processo de (re)construção dos vínculos sociais no CEA. Tais critérios direcionam o adolescente a uma ala e a um quarto, e é a partir do lugar físico que o adolescente ocupa que ele passará a ter um significado e ocupará um lugar simbólico nessa instituição.

Essas relações, entre pares, são mediadas por vários elementos e oferecem não apenas um lugar (físico e simbólico) na instituição, mas também recursos que ajudam na sobrevivência diária: lanches, roupas, sandálias, cigarros, materiais para a produção de peças artesanais, além da segurança e proteção.

Boa parte das inimizades existentes no CEA também são provenientes das relações estabelecidas fora da instituição, principalmente daquelas construídas no entorno da violência, do crime e do faccionismo. No entanto, as inimizades também são (re)construídas por escolhas feitas na instituição. Assim, no CEA, “habitar um lugar significa renunciar outros, renunciar certos níveis de solidariedade com outros grupos e indivíduos” (SILVA, 2008, p. 89).

Os adolescentes que estão há mais tempo no CEA vão construindo e transformando as regras de convivência locais, de modo que os recém-chegados devem convergir para o cumprimento destas. Elias e Scotson (2000) ao realizarem uma etnografia sobre as relações de poder entre dois grupos que residiam em uma comunidade inglesa industrial, descrevem e analisam como grupos com características tão parecidas estabelecem relações de poder tão diferenciadas, com base no tempo de moradia no local.

No CEA, essa hierarquização entre os adolescentes mais antigos e os novatos é manifestada em muitas situações. Nas alas de internação, assim como nos quartos, é o adolescente mais "velho"- antigo - que exerce a função de “liderança”, estabelecendo regras, mediando conflitos, organizando, orientando e aconselhando os demais, mas essa é uma referência que se alia a outras, tornando essas posições



momentâneas e sequenciais.

Dentre as posições existentes no CEA, duas merecem destaque: o “líder” e o “robô”. Conversar com os adolescentes no CEA sobre essas posições diferenciadas não é uma tarefa fácil, quando se fala em liderança, por exemplo, há uma grande reatividade no sentido de negação da existência de qualquer líder, tendo em vista que ali a hierarquia não se expressa de forma explícita, pois essa exposição pode colocar em risco o próprio lugar ocupado pelos adolescentes.

Como já mencionado, o principal critério utilizado entre os adolescentes para serem líderes é o tempo em que o adolescente se encontra na instituição. Critérios como coragem, força física, idade e repercussão do ato infracional cometido não influenciam, diretamente, na ocupação dos cargos de liderança, como ocorre em boa parte do sistema carcerário brasileiro. No entanto, mesmo não tendo os privilégios de um líder, os adolescentes que possuem algumas dessas características, têm “contexto” - relações mais consistentes com o mundo do crime, com as facções e com criminosos tidos como mais temidos, poderosos e perigosos - e acabam exercendo papéis de destaque, ocupando posições diferenciadas na hierarquia institucional e obtendo uma série de privilégios.

Diante do exposto, é perceptível que as relações sociais (re)construídas pelos adolescentes e os seus pares, possibilitam que eles ocupem posições diferenciadas dentro do campo.

Mas, no CEA, também há relações sociais entre os adolescentes e os diversos grupos de funcionários que trabalham na instituição.

Os funcionários que passam mais tempo em contato com os adolescentes são os agentes sociais, acompanhando-os em todos os deslocamentos, internos e externos.

Há uma significativa preocupação, por parte dos dirigentes, com alguns agentes sociais, que além das funções de vigilância e educação, se enveredam por outros tipos de relações materiais e/ou afetivas com os adolescentes. Nestes casos, os agentes sociais trazem informações do mundo do crime para os adolescentes e/ou objetos e substâncias ilícitas, como celulares e drogas.

Quando questionados sobre as relações que estabelecem com os agentes, os adolescentes dividem as suas opiniões. Alguns, dizem ter uma boa relação, nem próxima nem distante, uma relação que se estabelece a partir do próprio cotidiano. Contudo, a maior parte dos adolescentes compreende as relações estabelecidas com os agentes sociais como relações de dependência ou troca, tendo em vista que os adolescentes necessitam, constantemente, da assistência e da ajuda dos agentes para realizarem as suas atividades e os agentes precisam da compreensão e participação dos adolescentes para que a instituição permaneça “sob controle”.

Porém, essa (inter)dependência nem sempre é equilibrada. Aparentemente a

dependência dos adolescentes é bem mais visível que a dos agentes, muito embora, em alguns casos, haja uma inversão.

O tipo de relação estabelecida entre os adolescentes e os agentes sociais revela diferenças no capital social dos internos, aqueles adolescentes que estabelecem boas relações com os agentes tornam-se beneficiários de uma série de vantagens que estão menos disponíveis aos que estão mais distantes desses funcionários, o que gera uma distinção entre os internos.

Assim, no CEA, as relações sociais dos adolescentes com os agentes sociais vão sendo alinhavadas por uma série de elementos que variam do respeito à humilhação, da agressão verbal à agressão física, das dependências e trocas, da pressão, tensão e chantagem, da rotina e do cotidiano de um campo dinâmico, heterogêneo e multifacetado.

Os adolescentes também interagem e constroem vínculos com o corpo técnico: assistentes sociais e psicólogos. Esses vínculos facilitam o acesso a alguns benefícios: material de higiene pessoal e itens de primeira necessidade, como colchão e lençol; encaminhamentos para atendimentos de saúde fora da unidade; participação em oficinas e cursos; comunicação facilitada com a diretoria da casa e a defensoria pública; informação sobre o andamento do seu processo; informação sobre familiares e amigos; concessão para receber visitas fora do horário e realizar ligações telefônicas para familiares; boa avaliação no relatório semestral encaminhado ao juizado, etc.

Os agentes sociais afirmam que os adolescentes gostam de participar dos atendimentos técnicos, muitas vezes solicitando tal atendimento, com o intuito de adquirir algum benefício a partir do vínculo estabelecido com os técnicos. Um dos benefícios mais visados pelos adolescentes, na construção dessas relações, é a avaliação semestral feita por esses profissionais sobre o comportamento de cada adolescente. Essa avaliação é encaminhada ao juizado com vistas a uma progressão de medida ou mesmo uma liberação.

Os técnicos responsáveis por esses atendimentos analisam a relação estabelecida entre eles e os adolescentes de uma maneira mais complexa. Eles enfatizam que os atendimentos ajudam os adolescentes não apenas a encontrarem vantagens para a sua sobrevivência no CEA ou para a sua possível liberação, mas os ajuda a refletirem sobre as suas vidas, as suas ações, possibilitando que eles tracem perspectivas e expectativas para o futuro.

Os adolescentes, por sua vez, também constroem percepções diferentes sobre as relações que estabelecem com esse grupo de funcionários. Alguns dizem que esses atendimentos ajudam a afastar os maus pensamentos, à medida que os profissionais vão orientando-os e aconselhando-os. Porém, a maioria demonstra consciência frente à possibilidade de adquirirem ou perderem recursos fundamentais

para a sua sobrevivência na instituição, além de vantagens e benefícios específicos.

As relações estabelecidas entre os adolescentes e a direção do CEA, assim como as demais relações já discutidas nesse trabalho, também são consideradas formadoras do capital social dos internos.

As vantagens adquiridas pelos adolescentes a partir do estabelecimento de uma relação de aproximação com os diretores são basicamente as mesmas obtidas com os técnicos, porém como a direção da unidade é a autoridade máxima na instituição, pode oferecer vantagens de maneira mais rápida e ágil, subtrair ordens, reverter contextos, etc.

Mas, construir uma relação de proximidade com os diretores não é uma tarefa fácil para os adolescentes. Primeiro, porque os diretores não dispõem de muito tempo disponível para atendê-los. Segundo, porque essa proximidade pode não ser bem vista pelos demais adolescentes, que podem pensar que está havendo passagem de informação para a diretoria, ou seja, “cabuetagem”. Como a suspeita de “cabuetagem” pode cair sobre os adolescentes que se fazem mais próximos dos diretores, muitos preferem manter certa distância, mesmo que isso os prive de algumas vantagens. Deste modo, eles só procuram a diretoria quando algo grave está acontecendo nas alas de internação.

A partir do exposto, fica claro que os adolescentes internos no CEA constroem uma rede de apoio a partir dos diversos tipos de relações sociais, instrumentais e afetivas, que lhes oferecem recursos e funcionam como um capital social fundamental para o estabelecimento dos mecanismos de diferenciação e distinção em um campo relacional onde se estabelecem lutas por poder simbólico. Assim, a maior ou menor posse desse capital determina posições e condiciona comportamentos e *habitus* essenciais à dinâmica institucional.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de apreender o cotidiano dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade, analisei o CEA para além das ideias propostas por Foucault e Goffman, compreendendo-o como um campo, destacando alguns elementos bourdieusianos e compreendendo-o como um espaço dinâmico, sujeito a constantes remodelações.

Busquei apreender como a posse de alguns elementos, materiais e/ou simbólicos, valorizados entre os adolescentes, condicionam as posições ocupadas e, conseqüentemente, as hierarquias e as sociabilidades (re)construídas nesta instituição. Ou seja, busquei compreender como esses adolescentes (re)criam suas sociabilidades, fundando novos arranjos, através dos processos de reconhecimento

e identidade, da construção de semelhanças e dessemelhanças, dentro desse espaço delimitado que se (re)constrói cotidianamente.

Pelo exposto, pode-se perceber que os adolescentes internos no CEA se constituem como atores reflexivos capazes de realizar avaliações e escolhas, a partir dos valores e significados que atribuem a cada coisa. Ou seja, são as condições - materiais e/ou simbólicas - que posicionam e localizam os indivíduos dentro do internato e possibilitam as construções de fronteiras (físicas e/ou simbólicas), dinâmicas e práticas cotidianas.

Assim, fica claro que estar cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA desperta as mais variadas emoções entre esses adolescentes, fazendo com que eles (re)inventem as suas existências, cotidianamente, a partir da construção dos vínculos sociais, que envolvem relações de troca, (inter)dependência, aliança e proteção.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, no CEA, a experiência da internação, como cumprimento de medida socioeducativa, caracteriza-se como uma fase onde se tecem estratégias de sobrevivência, a partir das tramas relacionais instituídas, que perpassam o tempo e o espaço da internação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Editora Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2001.

\_\_\_\_\_. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

SILVA, V. F. **Conflitos e violências no universo penitenciário brasileiro**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Maria Izabel Machado** - Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e Trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia. Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e também com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas. Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio. Atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), participando como pesquisadora do grupo Mutamba (UFG) e do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR). Nesta instituição ainda desenvolve projeto de extensão interdisciplinar a partir da imbricação educação, sociedade e cultura. Contato: mariaizabelmachado@ufg.br

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Adolescentes 24, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 183

Associativismo 67, 87, 90

### B

Biografias 137, 149, 150

Brincar 16, 17, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 60, 65

### C

Candomblé 34, 37, 38, 39, 40, 41

Ciência e tecnologia 122, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 145, 147, 148, 150, 216

Conservadorismo 163, 173

Crianças ribeirinhas 12, 14, 16, 19, 56, 58, 59, 60, 61, 63

Cultura 2, 18, 19, 21, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 49, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 80, 94, 108, 111, 115, 124, 132, 157, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 170, 171, 173, 197, 200, 217, 218

### D

Desastres ambientais 79, 80

Desemprego 175, 176, 177, 180, 185, 186, 191

Desenvolvimento 11, 23, 24, 32, 44, 56, 63, 64, 70, 78, 88, 90, 110, 113, 119, 121, 126, 128, 134, 135, 136, 137, 140, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 187, 193, 200, 204, 205, 213, 214, 215

### E

Enem 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 128, 129, 131, 132, 133

Ensino de sociologia 118, 125, 132

Escrita 41, 56, 60, 152, 153, 154, 156, 157, 163, 208

Espaço urbano 43, 44, 45

Estigma 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 169, 209

### F

Familismo 166

### G

Gênero 30, 38, 43, 106, 112, 113, 131, 133, 138, 152, 163, 185, 189, 194, 201, 202, 203, 205, 208, 215, 217, 218

Gestão de desastres 67, 76

### H

Habitus 94, 95, 102, 200, 204

## I

Infância 12, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 154, 199

## M

Migrações 105

Mineradoras 80, 88

## P

Poder público 13, 14, 20, 67, 70, 71, 75, 82, 90

Poesia 59, 152, 153, 162

Políticas públicas 11, 20, 63, 67, 79, 80, 90, 132, 133, 134, 135, 194

Precarização 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 186, 187

Privação de liberdade 92, 93, 94, 97, 102, 103

Prosopografia 134, 135, 137, 149

## R

Racismo 34, 35, 36, 107, 113, 207, 208

Representações 1, 2, 3, 5, 10, 11, 25, 26, 29, 61, 125, 191

Ribeirinhos 13, 17, 21, 80, 89

Rural 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 14, 21, 139, 143, 166, 170

## S

Saber local 67, 73, 75, 78, 91

Segregação 36, 218

Subversão 23, 28, 31

## T

Terapia ocupacional 23, 24, 26, 31, 32, 33

Trabalho 1, 4, 10, 11, 12, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 34, 43, 44, 48, 54, 63, 67, 79, 81, 92, 93, 94, 102, 105, 107, 110, 114, 115, 120, 126, 130, 136, 153, 158, 159, 164, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 196, 200, 201, 212, 213, 214, 218

Transporte escolar 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22

Transporte público 43, 52, 53

## U

Urbano 1, 2, 4, 5, 7, 10, 11, 43, 44, 45, 52, 70, 78, 170, 171, 179

## V

Vulnerabilidade social 23, 25, 31



